



**Banco Alimentar Contra a Fome
e
ENTRAJUDA**

**Inquérito às Instituições de
Solidariedade Social**

RELATÓRIO PRELIMINAR PARCIAL

Lisboa, Novembro 2010

Introdução

O presente relatório apresenta uma análise exploratória dos dados apurados pelo Inquérito às Instituições apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome e a Entrajuda, o qual foi concretizado com o apoio da Universidade Católica Portuguesa através do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião - CESOP e do Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia - CESSS.

O inquérito às instituições foi realizado com o objectivo de apoiar o BAC e a Entrajuda a adequarem a sua actividade, quer ao nível da distribuição de produtos pelas organizações e estruturas que integram a rede dos BAC em Portugal, quer no que se refere às necessidades de suporte e apoio à organização e gestão destas organizações na sua maioria integrantes do designado terceiro sector.

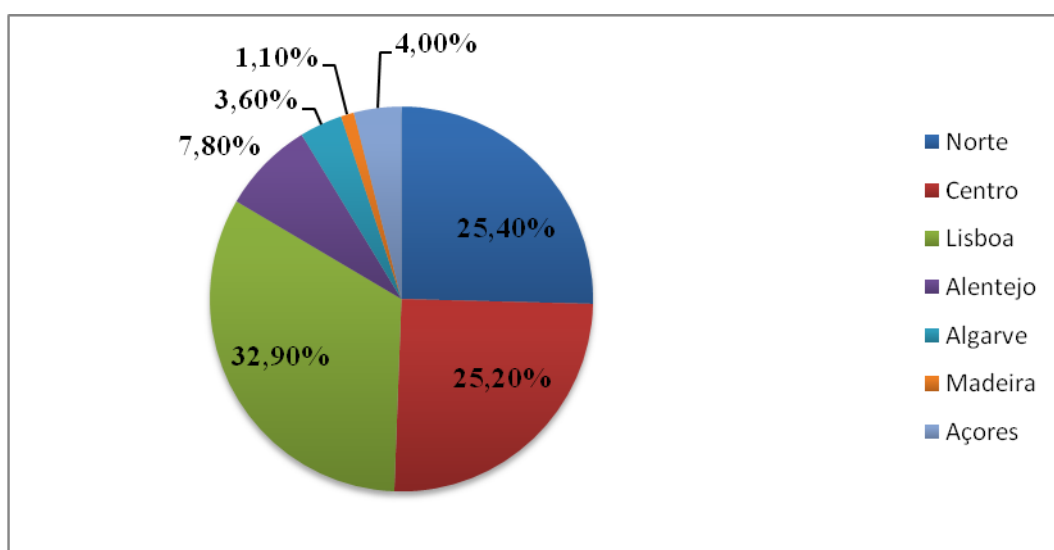
Tratou-se de um inquérito por via postal e auto-administração (preenchido directamente pela organização inquirida) direccionado a um universo de 3279 instituições, tendo sido obtidas e validadas 1500 respostas. O número de respostas apuradas confere à amostra uma elevada representatividade estatística do universo das instituições quanto à sua dimensão situando-se numa margem de erro de $\pm 3\%$ e um intervalo de confiança de 99,7 % (cf. Sierras Bravo, 1992: 233). Ainda que o inquérito tenha sido dirigido ao universo das Instituições apoiadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome e a Entrajuda sem qualquer processo de amostragem prévia, pode admitir-se que a aleatoriedade foi respeitada, uma vez que todos os inquiridos tiveram uma possibilidade idêntica de responder. Não estando à partida constituída uma base de recenseamento das instituições que permitisse um qualquer processo de estratificação da amostra segundo variáveis estratégicas (e.g.: natureza organizacional e estatuto jurídico; inspiração religiosa; etc) este procedimento não foi considerado.

I. Caracterização Geral das Instituições

1. Localização das Instituições: uma concentração nas regiões mais populosas

Considerando a divisão por regiões baseada nas NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores)¹ pode-se constatar que o maior número de instituições de Solidariedade Social da amostra apurada se encontra na região de Lisboa e Vale do Tejo (570), seguida da região Norte que apresenta também um número muito próximo do anterior (566). Na região do Alentejo encontram-se 177 instituições apresentando a região Centro também um número muito próximo (116). Por fim, os Açores estão representados por 60 instituições, enquanto a região do Algarve apresenta 54 e a Madeira apenas 17 (cf. Gráfico 1 para distribuição percentual)

Gráfico 1: Distribuição das Instituições por região (NUTS II)



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

¹ De acordo com as divisões administrativas de Portugal, a NUTS II estabelece cinco regiões no continente: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, bem como a Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores (cf. Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro).

As instituições da amostra distribuem-se geograficamente por todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Como se pode observar pela leitura do Quadro 1, os distritos mais representados são os de Lisboa (20,6 %), Porto (17,3 %), Aveiro (9,1 %) e Setúbal (6,4 %) exactamente aqueles que se encontram entre os distritos mais populosos do país.

Quadro 1: Distribuição das Instituições por distrito

Distrito	N	%
Aveiro	136	9,1
Beja	23	1,5
Braga	42	2,8
Bragança	14	0,9
Castelo Branco	25	1,7
Coimbra	73	4,9
Évora	57	3,8
Faro	54	3,6
Guarda	18	1,2
Leiria	76	5,1
Lisboa	309	20,6
Portalegre	37	2,5
Porto	260	17,3
Santarém	89	5,9
Setúbal	96	6,4
Viana do Castelo	59	3,9
Vila Real	7	0,5
Viseu	48	3,2
Madeira	17	1,1
Açores	60	4,0
Total	1500	100

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

2. Data de constituição das instituições de Solidariedade Social: o florescimento no contexto da democracia

Outra dimensão de interesse na caracterização das instituições que integram a rede dos BACF ou trabalham em articulação com a Entrajuda refere-se à data de início da sua actividade. Os dados apurados permitem registar que das organizações que forneceram informação sobre este *item* (n = 1334), cerca de 75 % iniciaram a sua actividade depois de 1970 com uma particular

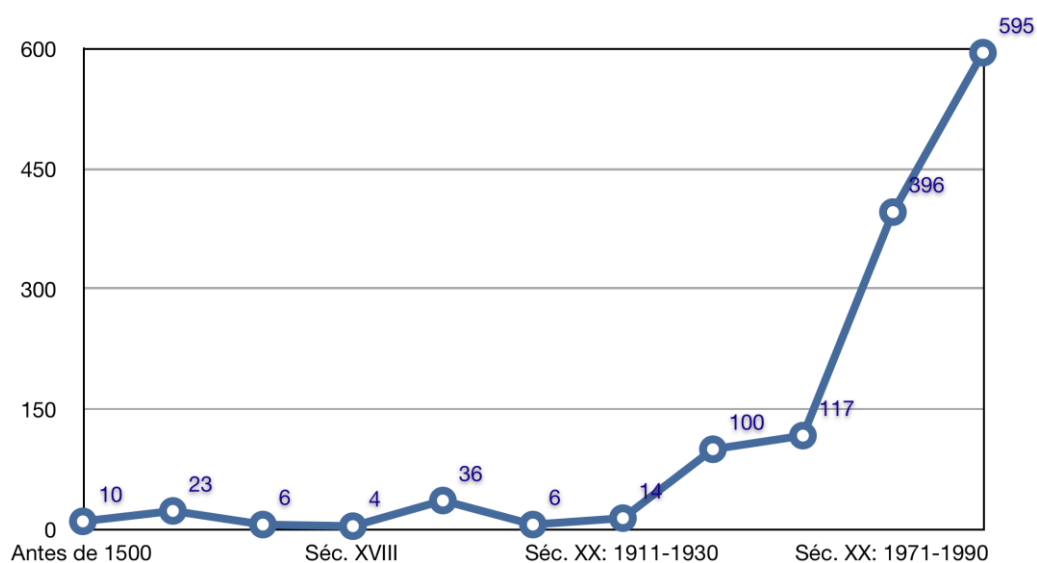
incidência no período posterior a 1990 (44,6 %). Consta-se assim (cf. Quadro 2) que, a maioria das instituições que se integram na rede BACF/Entrajuda são organizações e estruturas constituídas no período de restauração da democracia em Portugal ainda que registemos também a presença de instituições seculares, com origem nos séc. XVI e seguintes.

Quadro 2: Data de constituição das instituições

	N	%
Antes de 1500	10	0,7
Séc. XVI	23	1,7
Séc. VII	6	0,4
Séc. XVIII	4	0,3
Séc. XIX	36	2,7
Séc. XX: 1901-1910	6	0,4
Séc. XX: 1911-1930	14	3,1
Séc. XX: 1931-1950	100	7,5
Séc. XX: 1950-1970	117	8,8
Séc. XX: 1971-1990	396	29,7
Séc. XX: depois de 1991	595	44,6
Total	1334	100
Nr = 166		

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Gráfico 2: data de criação das instituições e grupos de solidariedade



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Considerando esta amostra como base para análise da dinâmica de desenvolvimento da sociedade civil, mormente no que respeita ao designado sector não-lucrativo (NPO), os dados sugerem a associação entre desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil e democracia. No entanto o significativo número de organizações que inicia a sua actividade nos anos 90 e seguintes suscita outras possíveis hipótese interpretativas que relacionam a dimensão e características do sector não-lucrativo com o papel do Estado e do Mercado que retomaremos no relatório final (cf. *Comparative Nonprofit Sector Project*, The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies)²

3. Natureza e estatuto das instituições: a predominância da natureza associativa

Uma dimensão particularmente relevante da caracterização das instituições respeita à natureza e estatuto destas organizações e estruturas. Assim, apesar dos dados apurados apresentarem nesta fase do apuramento e tratamento alguma incongruência, devido ao elevado número de respostas na categoria «Outra» (10.9%), que só numa segunda fase se poderá ultrapassar ou reduzir, como se pode observar no Quadro 3, 33,4% (449) das instituições têm o estatuto de Associação, 15,8% (237) correspondem a Conferências Vicentinas e 13,4 % (201) apresentam a natureza de Centros Social Paroquial.

Quadro 3: Natureza / Estatuto das Instituições

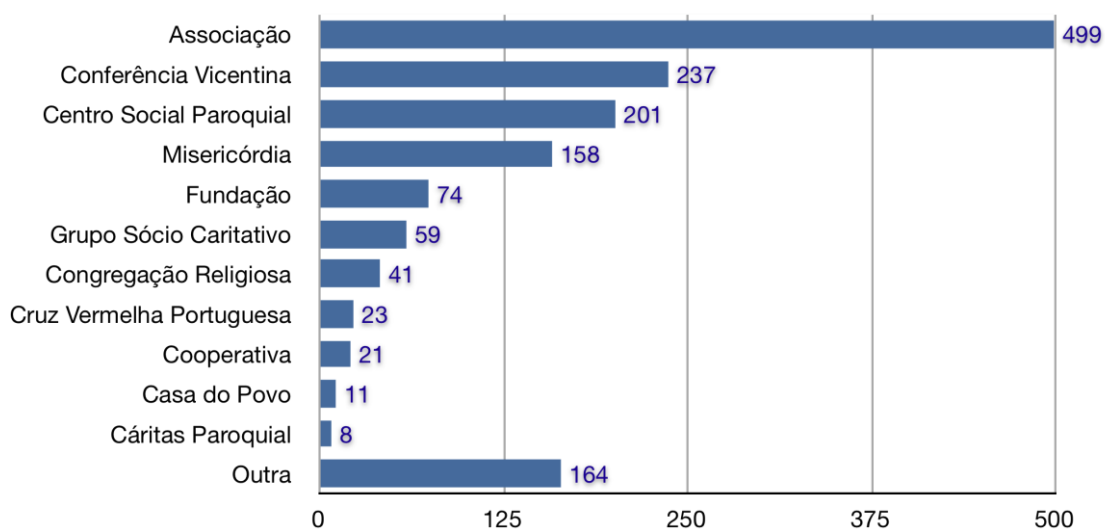
Natureza / Estatuto	N	%
Associação	499	33,4
Conferência Vicentina	237	15,8
Centro Social Paroquial	201	13,4
Misericórdia	158	10,6
Fundação	74	4,9
Grupo Sócio Caritativo	59	3,9
Congregação Religiosa	41	2,7
Cruz Vermelha Portuguesa	23	1,5
Cooperativa	21	1,4
Casa do Povo	11	0,7
Cáritas Paroquial	8	0,5
Outra	164	10,9
Total	1496	100,0

² <http://www.ccss.jhu.edu/index.php?section=content&view=16&sub=34&tri=48>

Inquérito às Instituições, 2010

Agregadamente estas três categorias representam cerca de 1/3 das instituições. Merecem ainda destaque, pela sua expressão percentual, as Misericórdias, as quais constituem 10,6 % das instituições que participam na rede dos BACF/Entrajuda. Os demais tipos apresentam valores percentuais inferiores a 5%.

Gráfico 3: Natureza / Estatuto das Instituições



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

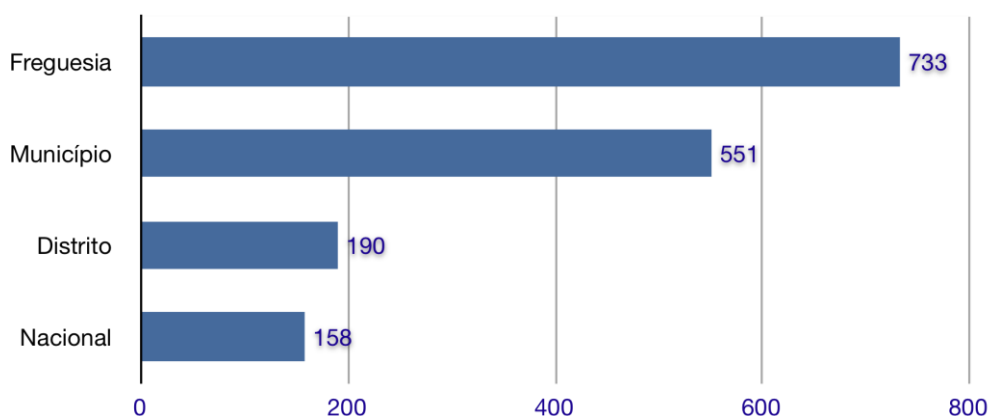
Pode observar-se igualmente, a partir do Quadro 3, que uma parcela muito significativa das instituições da amostra se encontram associadas à Igreja Católica. No seu conjunto, as Conferências Vicentinas, as Congregações Religiosas, os Centros Sociais Paroquiais e os Grupos Sócio-Caritativos, representam 36,3 %. Valor que é naturalmente muito mais elevado se tivermos em consideração a inspiração religiosa das demais formas institucionais, designadamente as que apresentam o estatuto jurídico de associações e constituem o grupo largamente maioritário (33,4 %).

4. Área Geográfica de Intervenção da Instituição: uma inserção territorial de proximidade

O nível local, paroquial (freguesia) ou municipal, constitui o âmbito de intervenção por excelência das instituições da rede de organizações que integram a rede dos BACF ou trabalham em articulação com a Entrajuda, uma vez que 44,9% (733) das organizações declaram ter um âmbito de intervenção ao nível da freguesia e 33,8 % centram a sua actividade no âmbito municipal. Um forte enraizamento territorial e de proximidade é pois uma característica muito vincada desta rede

representando as instituições com vocação e âmbito distrital ou nacional cerca de 20 %, respectivamente 11,6% (190) e 9,7% (158). Deve no entanto registrar-se que algumas das instituições estendem a sua actividade a diferentes níveis territoriais de actuação (132).

Gráfico 4: Âmbito territorial da intervenção das instituições



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

5. Inspiração Axiológica das Instituições: a predominância da inspiração de base religiosa no campo católico

Os dados relativos à inspiração religiosa das organizações que integram a rede dos BACF ou trabalham em articulação com a Entrajuda confirmam e reforçam a pertença destas instituições ou estruturas ao campo católico. Na verdade, como se pode observar no Quadro 4 a inspiração religiosa católica representa 73,2 % (1062) da amostra, para um total de 1118 (77,1 %) organizações que declaram possuir uma inspiração religiosa na sua actividade. Observa-se assim uma fortíssima predominância da inspiração religiosa relativamente ao código cultural de referência uma vez que as estruturas de natureza laica representam apenas 22,9% (332) da amostra.

Das instituições confessionais ou de clara inspiração religiosa, e para além da orientação católica, 40 (2,8%) filiam-se a uma inspiração evangélica, portanto com uma diminuta representação entre as organizações e estruturas de solidariedade social que integram o BACF.

Quadro 4 Inspiração Axiológica das Instituições

	N	%
Igreja Católica	1062	73,2
Igreja Evangélica	40	2,8
Igreja Ortodoxa	1	0,1
Outra confissão	15	1,0
Instituição de Natureza Laica	332	22,9
Total	1450	100

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

6. Acordos e Parcerias institucionais

Os Bancos Alimentares são Instituições Particulares de Solidariedade Social que lutam contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas. Estes abastecem, ao longo de todo o ano, algumas instituições de solidariedade com actividade em Portugal. Para além da entrega gratuita de alimentos destinados às pessoas com carências alimentares, os Bancos Alimentares acompanham e partilham a acção das instituições no sentido de lutar contra a exclusão social.

Os resultados do inquérito permitem apurar que 73,3% das instituições têm acordo com um banco alimentar, valor semelhante ao que ocorre no que respeita à existência de acordos com a Segurança Social (72,9%) enquanto 80,1% das instituições colabora ou tem parcerias com outras entidades e/ou instituições locais.

Quadro 5: Acordo com um Banco Alimentar

Acordo	N	%
Tem acordo	1073	73,3
Não tem acordo	390	26,7
Total	1463	100

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Quadro 6: Acordo com a Segurança Social

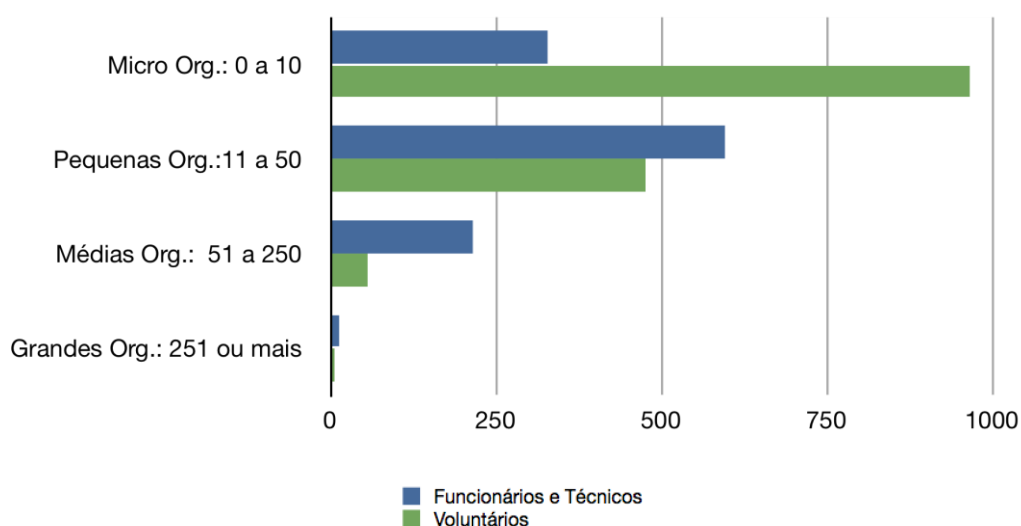
Acordo	N	%
Tem acordo	1079	71,9
Não tem acordo	402	27,1
Total	1481	100

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

7. Efectivos profissionais e voluntários: a rede BACF como um conjunto de pequenas e micro organizações

O inquérito às organizações que integram a rede dos BACF ou trabalham em articulação com a Entrajuda permite-nos caracterizar estas estruturas de solidariedade social do ponto de vista da sua dimensão. Adoptando o critério de classificação do IAPMEI, sem levar em linha de conta o critério do volume de negócios, observa-se que as estruturas desta rede se apresentam sobretudo como pequenas organizações ou estruturas de solidariedade social, com um efectivo de 11 a 50 funcionários e técnicos, as quais representam 51,8% (595 para n = 1148), tendo 28,5 % (327) uma estrutura equivalente à das micro-empresas. As médias e grandes organizações representam 18,7 % da amostra, 214 e 12 respectivamente.

Gráfico 5: Instituições segundo o número de colaboradores e voluntários



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

A condição de pequenas e micro organizações e estruturas de solidariedade é confirmada quando se consideram os dados relativos ao número de voluntários que colaboram com as instituições. Efectivamente verifica-se que 64,3% têm um máximo de 10 voluntários (965), existindo ainda 475 que contam com um contingente de 11 a 50 voluntários (31,7%).

8. Recursos materiais das instituições

Uma dimensão relevante da actividade destas organizações e estruturas de solidariedade respeita aos recursos materiais de que dispõem para concretizar a sua missões e actividades. O inquérito

realizado junto das organizações que integram a rede dos BACF permite traçar um quadro geral das suas condições infra-estruturais e logísticas.

Como se pode observar pela leitura do Quadro 7, no que se refere às instalações, cerca de 60 % das organizações dispõem de instalações próprias, 41 % cedidas e apenas cerca de 15 % desenvolve a sua actividade em instalações arrendadas.

Relativamente às condições logísticas que se apresentam como mais relevantes para o desenvolvimento das actividades directamente relacionadas com o BACF, observa-se que 70% das estruturas dispõem de transporte próprio, recorrendo 22,2 % à cedência de meios de transporte por outras entidades e que apenas 3,3% das organizações da amostra têm que recorrer a aluguer de transporte para o efeito. Deste modo pode considerar-se que uma parte largamente maioritária das organizações tem condições de exercer autonomamente a actividade de apoio alimentar a indivíduos e famílias em situação de privação e pobreza, registando-se que cerca de um quarto destas estruturas não estando impedida de desenvolver a sua actividade se encontra dependente de apoios terceiros, não sendo no entanto possível caracterizar o tipo de acordos de cedência que têm nesta circunstância lugar.

No que se refere aos equipamentos de frio e congelação é situação registada é menos favorável no que se refere ao equipamento de refrigeração e congelamento, os quais estão apenas disponíveis para cerca de 50 a 60 % das organizações. Já só excepcionalmente estas estruturas dispõem de equipamento de transporte de frio (15, 1 %).

Quadro 7: Recursos materiais e logísticos

	N	%
Instalações próprias	844	56,5%
Instalações arrendadas	222	14,9%
Instalações cedidas	612	41,0%
Transporte próprio	1046	70,0%
Transporte alugado	50	3,3%
Transporte cedido	332	22,2%
Transporte de frio	15	1,0%
Equipamento de refrigeração	884	59,2%
Equipamento de congelação	815	54,6%

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Nota: N=1469; resposta múltipla

II. Áreas de Intervenção e Apoio Social das Instituições

Neste segunda parte do relatório procede-se à análise do conjunto de serviços e apoios sociais que são disponibilizados pelas organizações que integram a rede dos BACF ou trabalham em articulação com a Entrajuda. Para efeito deste relatório preliminar diferencia-se essa intervenção em duas grandes áreas, respectivamente a dos **Serviços Sociais** e de **Apoios Sociais em Espécie** que estas instituições e estruturas disponibilizam.

1. Apoio à infância: uma intervenção centrada na tríade creche-jardim de infância-ATL

No que se refere às respostas sociais de apoio à infância pode-se verificar a partir do Quadro 8 que 632 instituições (42,1% da amostra) contam com respostas a este nível. Assim, no conjunto das instituições que dispõem de serviços sociais dirigidos à infância, 63,1% (399) das organizações dispõem da valência de creche, 59,7% (377) têm jardim de infância, 58,4% (369) têm em funcionamento um ATL e apenas 18,4% (116) das instituições contam entre os seus serviços sociais com um Lar de Crianças e Jovens.

Quadro 8: Serviços Sociais para a Infância

	N	%	% casos
Existência de Serviços de Apoio à Infância	632	42,1	
Creche	399		61,3%
Jardim de Infância	377		59,7%
ATL	369		58,4%
Lar de Crianças e Jovens	116		18,4%

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

2. Apoio ao idoso: área central de intervenção suportada nas respostas apoio domiciliário e centro de dia

De acordo com os dados recolhidos a partir do inquérito são 821 (54,7% da amostra) as instituições que oferecem serviços de apoio a pessoas idosas. Assim, no conjunto das instituições que dispõem de serviços sociais deste tipo, pode-se constatar que 79,4% têm serviços de apoio domiciliário, 61,3% conta com a existência de centro de dia, 37,8% têm em funcionamento Lares de 3ª idade, enquanto 26,7% das instituições conta com a existência de centros de convívio para idosos (cf. Quadro 9).

O Apoio Domiciliário integrado (12,7%) e os cuidados paliativos/continuados (4,3%) são respostas sociais dirigidas às pessoas idosas que integram a carteira de serviços de um número limitado de instituições.

Quadro 9: Serviços de Apoio a Idosos

	N	%	% casos
Existência de Serviços de Apoio a Idosos	821	54,7	
Centro de Dia	503		61,3%
Apoio Domiciliário	652		79,4%
Apoio Domiciliário Integrado	104		12,7%
Centro de Convívio	219		26,7%
Lar da 3ª Idade	310		37,8%
Cuidados Paliativos/ Continuados	35		4,3%

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

3. Apoio à deficiência: uma acção apoiada nos pilares actividades ocupacionais, apoio domiciliário e lar

Relativamente às respostas sociais de apoio à deficiência, conforme se observa no Quadro 10, apenas 182 instituições contam com este tipo de apoio. No conjunto das instituições que dispõem de serviços sociais deste tipo a existência de serviços de apoio domiciliário (44%) representa o tipo de resposta mais difundida quase a par da valência de Centro de Actividades Ocupacionais (42,9%) e dos Lares (38,5%).

Quadro 10: Serviços de Apoio à Deficiência

	N	%	% casos
Existência de Serviços de Apoio à Deficiência	182	12,1	
Formação Profissional	43		23,6%
Centro de Actividades Ocupacionais	78		42,9%
Lar	70		38,5%
Serviço de Apoio Domiciliário	80		44,0%
Emprego Protegido	22		12,1%

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Quanto à existência de actividades de Formação Profissional apenas 23,6% das instituições desenvolvem este tipo de apoio, enquanto 12,1% das organizações e estruturas conta com a resposta emprego protegido

4. Outras respostas sociais: uma acção vocacionada para os grupos mais vulneráveis - população sem-abrigo e toxicodependentes

Para além dos serviços sociais já assinalados 27,3% das organizações que integram a rede dos BACF ou trabalham em articulação com a Entrajuda asseguram ainda um conjunto de outras respostas sociais, designadamente refeitório social, apoio a população sem-abrigo, toxicodependentes, e ex-reclusos, bem como um leque de serviços sociais diversificados. Conforme se pode observar pela leitura do quadro 11 os serviços numericamente mais significativos são o apoio a população sem-abrigo (25,4%) e toxicodependentes (23,2%), surgindo depois os serviços de apoio a ex-reclusos (11,7%) e os refeitórios sociais (13,7%).

Observa-se ainda um número elevado de serviços não especificados em 65,8% das instituições que assinalam a existência de respostas complementares às grandes áreas da infância, idosos e deficiência. O elevada frequência desta variável requer uma análise mais fina e a codificação do leque de respostas registadas, o que só poderá no entanto ocorrer numa segunda fase do processo de análise.

Quadro 11: Outros Serviços de Apoio

	N	%	% casos
Existência de outras respostas sociais	409	27,3	
Refeitório social	56		13,7
Apoio a Sem-abrigo	104		25,4
Apoio a toxicodependentes	95		23,2
Apoio a ex-reclusos	48		11,7
Apoio a outros grupos	269	47,0%	65,8

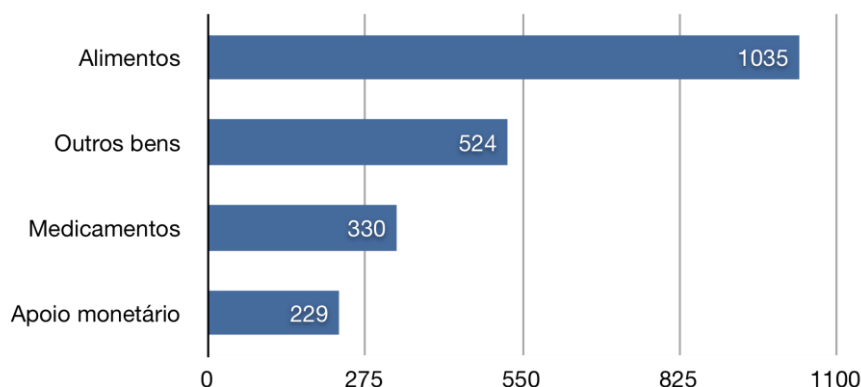
Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

5. Apoios prestados às famílias: o apoio alimentar como modalidade generalizada

De acordo com os dados recolhidos são 1068 (54,7% da amostra) as instituições que prestam diferentes serviços às famílias, quer em alimentos e outros bens, quer em medicamentos, quer ainda em apoios monetários. Assim, verifica-se que de entre estas instituições 96,9% respondem às necessidades sociais das famílias através do fornecimento de alimentos, enquanto 49,17% lhes presta apoio através de outros bens. O fornecimento de medicamentos constituiu um apoio prestado às famílias em 30,9% destas instituições enquanto que 21,4 % lhes prestam apoio monetário.

Observa-se assim, como seria natural, que o apoio alimentar constitui uma modalidade generalizada de apoio às famílias pelas organizações que integram a rede dos BACF, e ainda que as demais formas de apoio, apesar da sua menor expressão, assumem valores significativos, se atendermos a que cerca de 50 % presta apoio às famílias em outros bens materiais e entre 20 e 30 % o concretiza através de medicamentos e dinheiro.

Gráfico 10: Apoios monetários e em espécie prestados às famílias



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Um dos aspectos de maior relevância nesta dimensão é o da população abrangida pelos tipos de apoios referidos. Os dados recolhidos pelo inquérito permitem apurar que são 53124 as famílias apoiadas pelas organizações que integram a rede BACF que recebem apoio alimentar, o que corresponde a 191576 pessoas. Estes números encontram-se no entanto aquém dos valores globais das populações apoiadas uma vez que apenas 80 % (855 em 1068) das instituições com actividades de apoio alimentar forneceram informação sobre as famílias e pessoas abrangidas.

Procedendo a uma extrapolação destes valores poder-se-á estimar que as instituições da amostra prestam apoio alimentar a cerca de 66500 famílias, a que correspondem aproximadamente 239470 pessoas.

No que se refere ao apoio em medicamentos são apoiadas pela organização da rede dos BACF 4354 famílias e 10534 pessoas, dados correspondentes respectivamente a 230 e 219 das 330 organizações que asseguram a distribuição de medicamentos. Numa extrapolação semelhante à anteriormente realizada pode estimar-se que cerca de 6620 famílias e cerca de 15900 pessoas recebem este tipo de apoio.

Relativamente ao apoio monetário são beneficiadas 3962 famílias a que correspondem 7899 pessoas, dados relativos respectivamente a 159 e 151 das 229 instituições que prestam este tipo de apoio à população. Do mesmo modo, apuram-se por extrapolação os seguintes valores aproximados: 5700 famílias e 11968 pessoas.

Ainda que não se possa apurar o número total de pessoas cobertas por estas medidas de apoio social prestadas pelas organizações da amostra, uma vez que existem famílias e pessoas que beneficiam de mais do que um apoio, estes números, globalmente considerados (o seu valor acumulado situar-se-ia em cerca de 350000 pessoas), ilustram efectivamente a contribuição destas organizações e estruturas na redução da privação e pobreza, na sua forma mais extrema, em Portugal. Atente-se que a amostra se cifra em 1500 organizações num universo de 3279 instituições, representando portanto um valor ligeiramente abaixo dos 50% (45,7%)³.

6. Apoios prestados a crianças e idosos: padrões semelhantes no apoio social

Procurando medir a relevância deste tipo de apoios para os dois grupos populacionais mais vulneráveis à pobreza e privação em Portugal, o inquérito procurou recolher informação sobre os quantitativos de pessoas destes grupos beneficiadas pelas diferentes modalidades de apoio social das organizações que integram a rede BACF.

Os dados recolhidos pelo inquérito permitem apurar que 74704 as crianças recebem apoio alimentar das organizações que integram a rede BACF. Estes números reportam-se no entanto apenas 80 % (854 em 1068) das instituições com actividades de apoio alimentar forneceram informação sobre as crianças abrangidas se trata de valores que se encontram aquém dos

³ O Prof. Alfredo Bruto da Costa estimou que as pessoas recorrer, no presente, ao BACF, Misericórdias, Igreja e outras organizações não andariam abaixo dos 500 mil (em entrevista à Visão de 28 de Outubro de 2010).

valores globais das crianças apoiadas. Num lugar de destaque encontram-se outros apoios materiais em espécie distribuídos pelas por estas instituições e grupos de solidariedade, os quais abrangem 17573 crianças,

Quadro 12: Apoios monetários e em espécie prestados a crianças e idosos

	Instituições	Crianças e idosos apoiadas
N.º de crianças - Alimentos	854	52503
N.º de crianças - Outros bens	355	17573
N.º de crianças - Medicamentos	175	3027
N.º de crianças - Apoio em dinheiro	120	1604
N.º de idosos - Alimentos	831	46881
N.º de idosos - Outros bens	335	13125
N.º de idosos - Medicamentos	245	5858
N.º de idosos - Apoio em dinheiro	152	1886

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

No que se refere ao apoio em medicamentos são apoiadas pela organização da rede dos BACF 3027 crianças, dados correspondentes a 245 das 330 organizações que realizam distribuição de medicamentos.

Relativamente ao apoio monetário são beneficiadas 1604, dados relativos a 120 das 229 instituições que prestam este tipo de apoio à população.

No se respeita à população idosa, os dados recolhidos pelo inquérito permitem apurar dados da mesma ordem de grandeza da registada para as crianças como diferença de que o apoio alimentar e os apoios em outros bens materiais são inferiores neste grupo sendo no entanto superiores no que se refere aos apoios em medicamentos e aos apoios monetários, como facilmente se compreende em face da sua condição específica de vulnerabilidade onde as questões de saúde e as pensões e rendimentos baixos exercem um papel essencial.

7. Instituições com famílias em lista de espera:

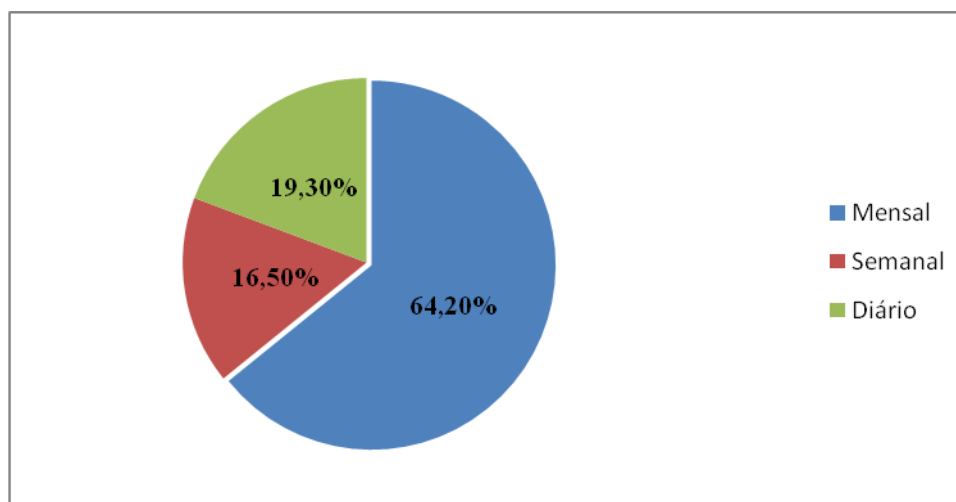
Uma outra variável considerada no Inquérito respeitou à existência de famílias em lista de espera para efeito de apoios sociais. Trata-se efectivamente de um indicador importante que permite identificar necessidades não cobertas quer de outras eventuais questões que requerem atenção quer do BACF quer das próprias organizações. Relativamente às 1155 organizações que forneceram informação sobre esta questão verifica-se que a maioria, 78,7% (909), das instituições não tem

famílias em lista de espera de apoio alimentar ou de outros apoios materiais em espécie, enquanto 21,3% (246) das instituições responde positivamente à questão, indicando que, independentemente das razões que podem estar na origem desta não resposta, cerca de $\frac{1}{4}$ das famílias que solicitam apoio não são ainda atendidas. Complementarmente é possível apurar um total de 4827 famílias que aguardam a possibilidade de receber apoio alimentar ou outros apoios em espécie com base na informação de 163 instituições, apenas $\frac{2}{3}$ das que referenciaram a existência de lista de espera.

8. Periodicidade do apoio alimentar às famílias: predominância do apoio mensal

O apoio alimentar facultado às famílias tem uma periodicidade maioritariamente mensal das (699, 64,2% instituições), enquanto que se regista que 210 instituições (19,3%) presta apoio alimentar diário às famílias e pessoas necessitadas e 16,5% (179) apoia as famílias semanalmente. Refira-se que algumas instituições, em número reduzido (menos de 10%) praticam mais do que uma periodicidade na distribuição de alimentos

Gráfico 11: Periodicidade do apoio alimentar às famílias



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010
N= 991

9. Encaminhamento institucional das pessoas beneficiárias de apoio alimentar: o efeito combinado da iniciativa individual e da rede institucional local

Esta é uma dimensão que se reveste de particular significado pois permite analisar não só a capilaridade das redes sociais que estão origem do encaminhamento institucional das pessoas beneficiárias como conferir o significado social inscrito nesses encaminhamentos e origens.

Os dados apurados pelo questionário (cf. Quadro 13) permitem constatar que a maioria dos pedidos que são dirigidos às organizações que integram a rede dos BACF decorrem maioritariamente da iniciativa individual, da sugestão de vizinhos e familiares (rede informal) ou do encaminhamento institucional do sistema público de segurança social, das juntas de freguesia ou de outras instituições de âmbito local ou do seu efeito combinado, como permite concluir a percentagem de casos apuradas através da consideração das respostas múltiplas. Registe-se que existe um valor elevado da categoria «outros» (7,4%), e na qual se incluem designadamente encaminhamentos com origem Apenas nas Câmaras Municipais, hospitais e paróquias, o que aconselha uma codificação deste conjunto de respostas de modo a conferir ainda maior consistência aos resultados.

Quadro 13:**Origem e encaminhamento institucional dos pedidos de apoio alimentar**

	N	%	% Casos
Segurança Social	748	19,9	61,6
Junta de Freguesia	516	13,7	42,5
Outras instituições	568	15,1	46,8
Iniciativa própria	927	24,6	76,4
Vizinhos/ familiares	730	19,4	60,1
Outros	277	7,4	22,8
	3766	100,0	

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Nota: N=1214; resposta múltipla

Os resultados apurados apresentam um particular significado social uma vez que as instituições públicas, com particular destaque para o sistema público da segurança social, estão na origem de um elevado número de pedidos de apoio alimentar solicitado pelas famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Este aspecto parece revelar que a integração dos BACF como recurso sistémico da luta contra a privação e a pobreza, quer a insuficiência dos recursos canalizados ao nível da acção social e dos programas de incluídos no subsistema de protecção social de cidadania para o enfrentamento das situações de maior vulnerabilidade, dimensão que assume um carácter particularmente crítico na actual situação de crise económica e social e de corte de algumas importantes prestações sociais para os grupos mais vulneráveis.

10. Práticas de atribuição de apoio alimentar: convergência com a lógica da assistência social clássica

O inquérito pretendia igualmente apurar qual o comportamento das instituições e grupos de solidariedade social face aos pedidos de apoio encaminhados por outras entidades. Assim verificou-se que 53,9% das instituições não apoiam todos os pedidos de apoio encaminhados por outras entidades procedendo à sua própria selecção, enquanto 46,1% aceitam por regra todos os pedidos de apoio encaminhados.

Quadro 14:

Aceitação dos pedidos encaminhados por outras instituições

	N	%
Sim	547	46,1
Não	640	53,9

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Nota: N=1187

Embora este aspecto se possa revelar importante pois pode configurar limitações de acesso ao apoio alimentar essenciais para a redução da privação material dos cidadãos mais vulneráveis, afiguram-se mais relevante os critérios que presidem à decisão de atribuição de apoio alimentar.

Constata-se que 646 instituições, de forma exclusiva ou conjugada com outros factores, têm como factor determinante as especificidades da família (deficientes, idosos a cargo...), enquanto 602 instituições, nos mesmos termos, têm como factor matricial o rendimento disponível (excluindo todas as despesas com a casa, comida, educação, empréstimos, etc). 296 instituições privilegiam na decisão de atribuição de apoio alimentar o rendimento total da família ou indivíduos.

Quadro 15: Factores determinantes para atribuição de apoio alimentar

	N	%	% Casos
Especificidades da família	646	41,8	61,8
Rendimento disponível	602	39,0	57,6
Rendimento total	296	19,2	28,3
	1544	100,0	

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Nota: N=1045 (resposta múltipla)

Estes dados revelam que, sujeita a processos de selectividade, a ajuda alimentar é atribuída com base numa avaliação que conjuga sobretudo as particularidades sociais e económicas da situação da famílias ou indivíduos com a prova de recursos tradicional típico dos programas de assistência

social, ainda que o rendimento total disponível seja o critério menos preponderante de elegibilidade.

Atente-se no entanto que quando interrogadas sobras razões que justificam a recusa de pedidos de apoio alimentar (cf. P23 e 24 de resposta múltipla) e considerando o conjunto das respostas obtidas (cf. Quadro 16) verifica-se que uma maior percentagem de instituições (30,6%) recusaram um pedido de apoio porque o pedido se reporta a pessoas com rendimento superior à média, 25,3% das instituições por este se situar fora da área de abrangência da instituição, 15,7% das instituições por falta de alimentos, 11,2% pela situação não ser legível por outros critérios de selecção, 10,2% das instituições recusaram um pedido de apoio no passado por a instituição não prestar o serviço adequado às necessidades solicitadas, enquanto 7,0% das instituições assinala outras razões como base de recusa.

Quadro 16: Razões para a recusa de pedidos de apoio

	N	%	% Casos
Rendimento superior à média	276	30,6	55,5
Fora da área de abrangência da instituição	228	25,3	45,9
Falta de alimentos	142	15,7	28,6
Não é legível por outros critérios de selecção	101	11,2	20,3
Serviço não adequado às necessidades solicitadas	92	10,2	18,5
Outra	63	7,0	12,7
	902	100,0	

Fonte: Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

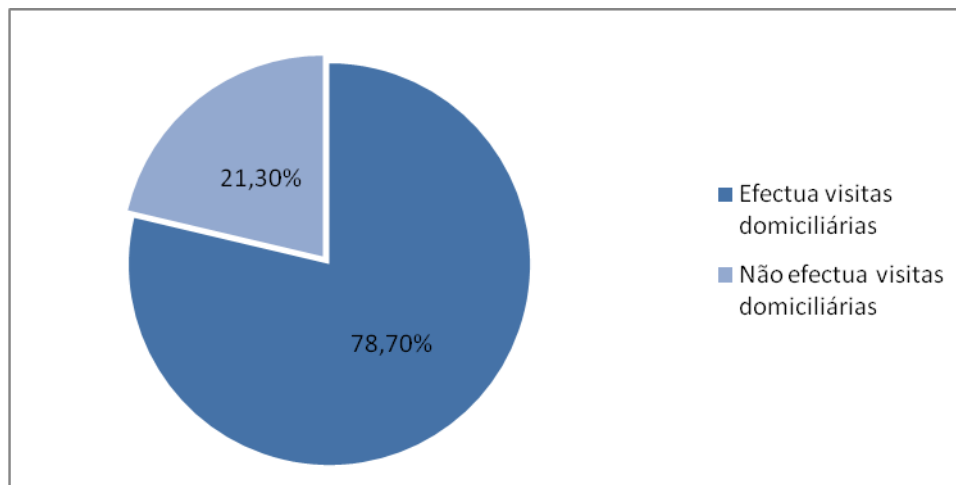
Nota: N=497; resposta múltipla

Valores que assumem uma expressão mais precisa quando se procede à análise das percentagens de casos, correspondente ao número de instituições com respostas válidas. Assim pode verificar-se que existe uma elevada percentagem de instituições (55,5 %) que, isolada ou associadamente a outros critérios, reportam a existência de rendimentos superiores para a exclusão de famílias do apoio alimentar. Este critério, que a par da proveniência das famílias e/ou indivíduos não pertencerem à zona de abrangência da instituição, se apresenta como o mais elevado operador de recusa de apoio parece assumir um valor muito elevado em face da natureza do pedido e do processo social nele envolvido, isto é da exposição pública da necessidade e do estigma associado.

Na mesma lógica dos procedimentos assistenciais clássicos 899 (78,7%) das instituições que prestam apoio alimentar efectuem visitas domiciliárias para avaliação de cada situação concreta de

cada família apoiada, enquanto 243 instituições (21,3%) não recorrem àquele procedimento para efeito de prova

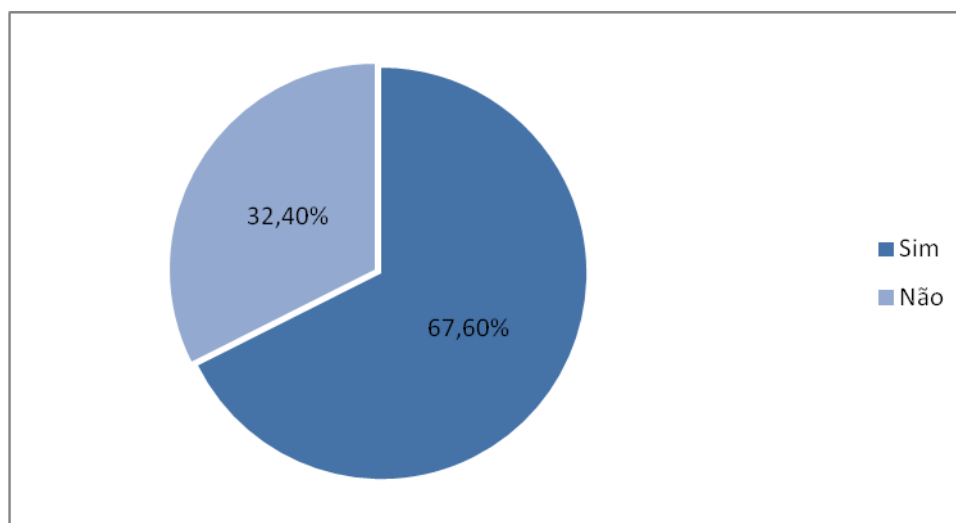
Gráfico 12: Prática de visitação domiciliária para atribuição de apoio alimentar



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010
Nota: N=1142

Igualmente significativo do desenho do regime de assistência social particular, que constitui o apoio alimentar contra a fome, é a prática, por parte das instituições que concedem este tipo de ajuda à redução da privação, de elaboração de planos de apoio individual para cada uma das famílias ou indivíduos. Assim (cf. gráfico 13), verifica-se que 764 instituições (67,6%) elaboram planos de apoio individual para cada família, enquanto 366 (32,4%) das organizações não mobiliza esta estratégia e/ou instrumento na relação com as famílias apoiadas.

Gráfico 13: Elaboração de planos individuais para famílias apoiadas

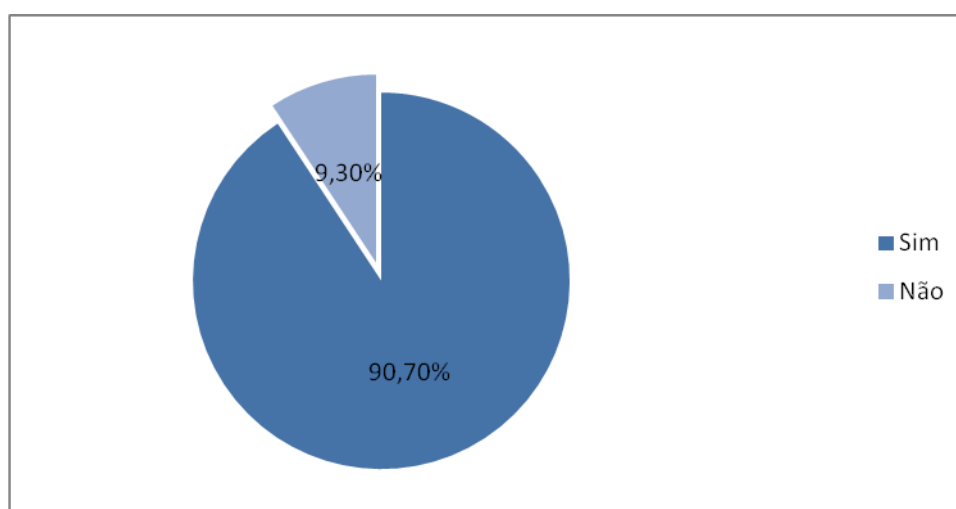


Fonte: Inquérito às Instituições, 2010
Nota: N=1130

O inquérito não precedeu no entanto à recolha de informação que permita uma caracterização e interpretação das orientações e práticas de «tratamento» e/ou «activação» dos beneficiários do apoio alimentar, as quais podem apresentar-se muito distintas em face da natureza diferenciada das instituições e grupos de solidariedade social envolvidos, dos seus quadros ético-normativos e dos seus colaboradores e voluntários.

Em articulação com as dimensões que têm vindo a ser consideradas encontra-se a prática de reavaliação periódica da situação das famílias apoiadas. Através do gráfico 14 observa-se que a quase totalidade das instituições (1030, 90,7%) reavaliam a situação das famílias apoiadas periodicamente, enquanto, pelo contrário, 106 (9,3%) organizações não tem por prática proceder à reactualização periódica da situação das famílias apoiadas como condição de revalidação do apoio.

Gráfico 14: Reavaliação periódica da situação de privação



Fonte: Inquérito às Instituições, 2010
Nota: N=1136

11. O apoio alimentar hoje face ao passado recente: um crescimento acentuado da procura provocado pelo desemprego

Uma das questões que o inquérito às instituições pretendeu apurar prende-se com a evolução dos pedidos de apoio alimentar. Os dados recolhidos (cf. Quadro 17) permitiram concluir que, em relação aos últimos três anos, 76,6% das instituições registam mais pedidos de apoio, 17,0% tem aproximadamente o mesmo número de pedidos de apoio, enquanto que 2,6% das instituições tem menos pedidos de apoio, sendo que 3,8% das instituições não existiam antes de 2007.

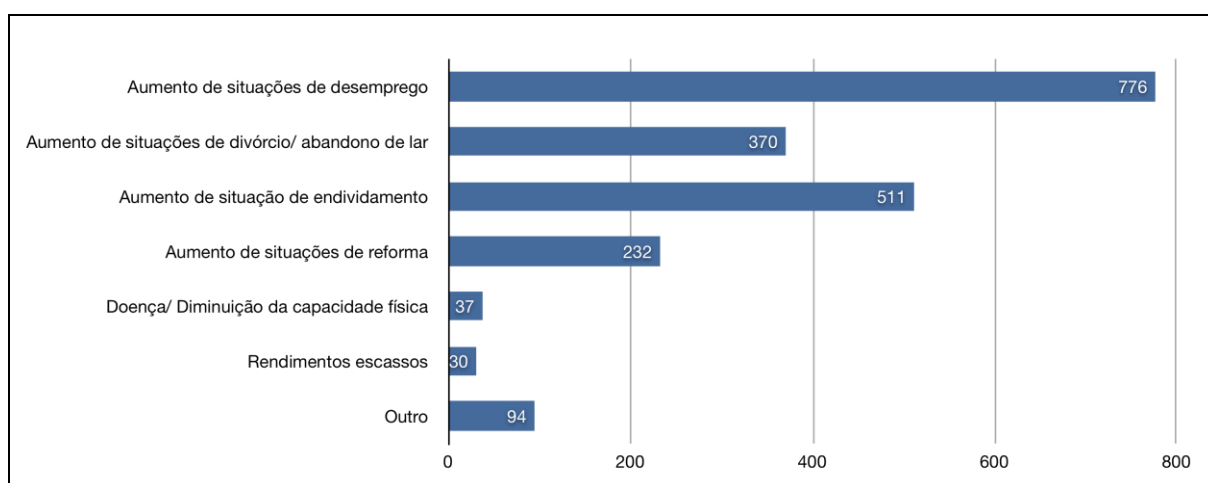
Quadro 17: Pedidos de apoio em relação aos 3 últimos anos

	N	%
Mais pedidos de apoio	884	76,6
Aproximadamente o mesmo número de pedidos de apoio	196	17,0
A instituição não existia em 2007	44	3,8
Menos pedidos de apoio	30	2,6

Fonte: Inquérito às Instituições, 2010

Nota: N=1154

O aumento da procura do apoio alimentar nos últimos três anos é explicado por 776 instituições (89,3 %) tendo base o desemprego, por 511 atendendo ao aumento de situações de endividamento (58,8). O aumento de situações de divórcio/abandono do lar como razão para o aumento da procura de apoios alimentares surge como a terceira razão invocada sendo referenciado por com 370 instituições (42,6%), situando-se o aumento de situações de reforma como uma outra razão significativa apontada por 232 instituições (26,7 %).

Gráfico 15: Razões do aumento da procura do apoio alimentar

Fonte: Inquérito às Instituições, 201

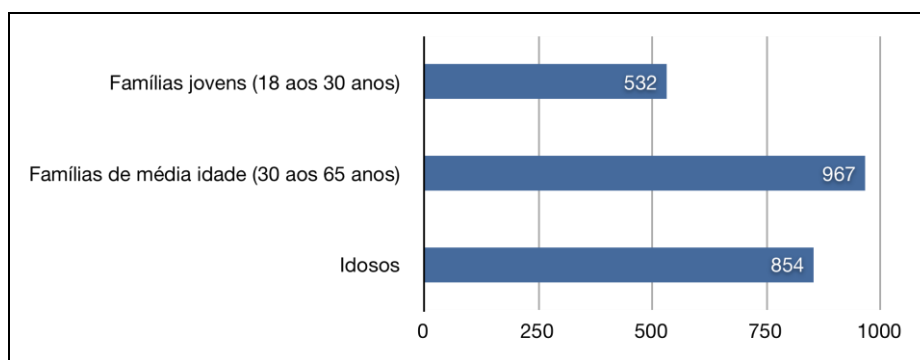
Nota: N=1136 [resposta múltipla]

Como se observa é a vulnerabilidade económica decorrente quer do aumento do desemprego, quer das baixas reformas que, a par de rupturas familiares, estão na base do aumento da procura do apoio alimentar, uma vez que o aumento das situações de endividamento é, em grande medida, a expressão dessa vulnerabilidade.

12. Caracterização das famílias apoiadas

Particularmente relevante para a análise do apoio elementar prestado pelas instituições e grupos de solidariedade social é o conhecimento da população beneficiária desse apoio. Assim, o inquérito permite apurar (cf. Gráfico 16) que relativamente à faixa etária 967 instituições apoiam famílias de média idade (30 aos 65 anos) (83,4%), 854 instituições apoiam idosos (73,6%) e 532 instituições apoiam famílias jovens (18 aos 30 anos) (22,6%), estando pois em face de perfis mistos em termos etários se tivermos em conta o número de respostas válidas (N = 1160).

Gráfico 16: Perfil etário das famílias apoiadas

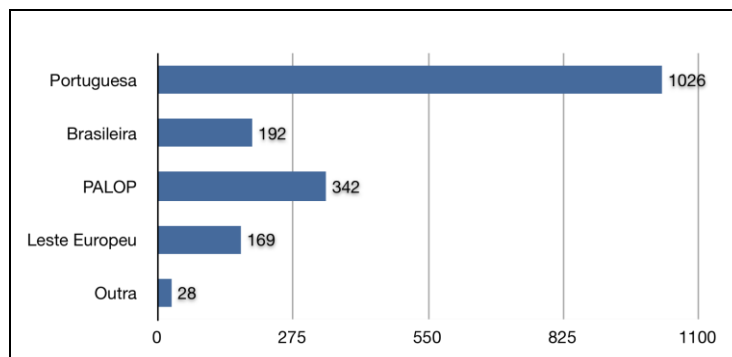


Fonte: Inquérito às Instituições, 201

Nota: N=1039 [resposta múltipla]

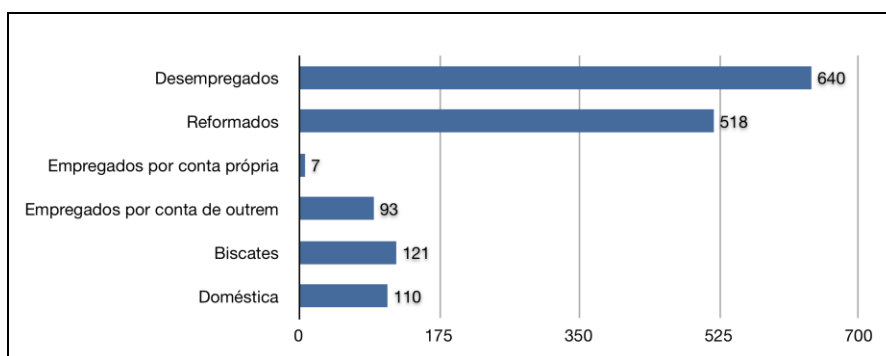
A nacionalidade Portuguesa é a mais representativa entre as famílias apoiadas sendo observada em 98,7 dos casos, surgindo de seguida a nacionalidade Brasileira presente em 18,5 % das instituições. A nacionalidade Cabo-verdiana é referenciada por 13,1% das instituições, enquanto a nacionalidade Angolana está presente em 11,8 % das organizações. No seu conjunto as famílias com nacionalidade dos PALOP no continente africano, e na qual se incluem também Guineenses, Santomenses e Moçambicanas são apoiados por 32,8 % das instituições. As famílias com nacionalidades referentes aos países do Leste Europeu (Ucranianas, Romenas e Russas) são apoiadas por 16,3 % das instituições.

Considerado o somatório de todas as respostas (questão de resposta múltipla) as nacionalidades seguem a mesma distribuição, ainda que de forma menos acentuada, podendo assim constituir-se quatro grupos mais significativos: os portugueses, largamente maioritários, os brasileiros que surgem na segunda posição, as famílias provenientes dos Países Africanos expressão oficial portuguesa e, finalmente, os pises do Leste Europeu.

Gráfico 17: Nacionalidade das famílias apoiadas

Fonte: Inquérito às Instituições, 201
 Nota: N=1039 [resposta múltipla]

No plano da situação perante o trabalho existem 640 instituições que apoiam famílias que se encontram numa situação de desemprego (77,1%), 518 instituições apoia famílias em situação de reforma (64,2%). Já 121 instituições apoiam famílias cuja relação com o mundo do trabalho se faz de forma informal através de biscates (14,6 %) enquanto 93 instituições apoiam empregados por conta de outrem (11,2%), e 7 instituições apoiam famílias com empregados por conta própria, o que equivale a 0,8% das instituições. É ainda de referir que 110 instituições apoiam pessoas com a condição de domésticas (7,4%).

Gráfico 18: Situação perante o trabalho das famílias apoiadas

Fonte: Inquérito às Instituições, 201
 Nota: N=830 [resposta múltipla]

Estamos deste modo em face de famílias com indivíduos de média idade, de nacionalidade portuguesa e desempregados, mas estes dados permitirão testar a existência de perfis típicos através de uma análise mais aprofundada pela associação de variáveis.